

quais o A. sistematiza e elabora com seriedade e objectividade, um total de oito capítulos com mais de 1 700 notas de fim de capítulo, os trâmites da vida da Igreja de Moçambique do último século, ou melhor, desde 1880 até 1992. No texto infiltraram-se algumas pequenas incorrecções, todavia irrelevantes em face de tamanha densidade informativa. A opção pela profundidade sacrificou deliberadamente a extensão e aboliu de vez a superficialidade. Obra metodológica e tecnicamente em tudo bem elaborada: clarificação de conceitos, documentação, gravuras, gráficos, mapas, tudo apoiado por 25 páginas de bibliografia actualizada e índices desenvolvidos (11 páginas, para o índice geral e 12, para o sistemático).

Em suma: um importante referencial que, embora diga mais directamente respeito a Moçambique, e muito particularmente à Missão Metodista de Cambine, não deixará de ser útil a quantos se interessam pela experiência ecuménica e pela História política e religiosa moderna e recente de Portugal, e muito especialmente pelos fenómenos que se prendem com colonização, descolonização, independência, guerrilha, guerra civil, desenvolvimento, paz e democracia.

De salientar que o presente trabalho sobre Moçambique é mais um a acrescentar aos vinte estudos que a Universidade de Uppsala já patrocinou e editou sobre valores culturais e povos ou etnias de África ou ainda sobre (regiões) ou países desse Continente, tais como Lago Vitória, Tanzânia, Etiópia, Congo, Zimbábue, África do Sul, Gana, Zaire ou Nigéria. Cremos bem que este trabalho credita altamente a referida Universalidade, bem como a série dos 60 volumes da sua prestimosa colecção «*Studia Missionalia Upsaliensia*».

António de Sousa Araújo

ANJOS, Amador — *Centenário da obra salesiana em Portugal: 1894-1994. Ao serviço da juventude e do povo*. Lisboa: Província Portuguesa da Sociedade Salesiana, 1995. 113 p.

Trata-se de uma primeira abordagem da história dos salesianos em Portugal, que promete continuidade através da publicação de uma obra mais desenvolvida, a editar posteriormente. Ainda que resumida e com «carácter divulgativo» — segundo a expressão do próprio autor —, a preocupação de a fundamentar na documentação existente, quer nos arquivos da província portuguesa (em fase de organização) quer no *Archivio Salesiano Centrale*, é visível na sobriedade do texto e no rigor informativo, que fazem desta publicação um instrumento de trabalho e de grande utilidade para o conhecimento da presença salesiana em Portugal. A apresentação de alguns gráficos e fotografias, bem enquadrados graficamente, contribuem para tornar mais atractiva a leitura, fazendo jus a uma das áreas de trabalho privilegiadas pela congregação: a edição.

A obra encontra-se dividida nas seguintes partes: «Introdução: O fundador da Sociedade Salesiana»; «Primeira parte: Primórdios e restauração (1894-1940)»; «Segunda parte: Após a restauração (1940-1994)»; «Terceira parte: Família Salesiana e desafios que hoje lhe são postos»; e «Conclusão». Seguindo um critério cronoló-

gico, a publicação vai apresentando em cada uma das partes, as principais instituições criadas, quer no continente e ilhas quer nas antigas colónias portuguesas e outros territórios de além-mar: Macau, Moçambique, Tanjor e Meliapor na Índia, Cabo Verde, Timor e Goa. Aspecto menos positivo: por vezes, o cruzamento do critério cronológico com o critério temático obriga a uma redobrada atenção na leitura, para conjugação dos dados apresentados.

O instituto religioso fundado por D. Bosco em 1859 — a Sociedade de S. Francisco de Sales — deu origem, a partir de Turim, a uma nova família espiritual, «voltada prioritariamente para a educação da juventude, especialmente da mais pobre e desprotegida, não apenas através dos oratórios, cuja actividade se concentra nos domingos e dias santos, mas também de outras instituições, dentre as quais se destacam as escolas de artes e ofícios» (p. 11). E foi sobretudo esta vertente que mais conhecida e sublinhada foi na acção salesiana em Portugal. «Era o que observava o Pe. Pedro Rota quando da visita extraordinária às casas de Portugal em 1928, lamentando que a província portuguesa estivesse a dar uma imagem redutora da Congregação, ao excluir do seu projecto pedagógico o ensino secundário à classe média» (p. 108).

Mas, a «família salesiana» não se confina à Sociedade de S. Francisco de Sales, reconhecida em 1864 e aprovada definitivamente em 1869 pela Santa Sé. Ao longo da história, desmultiplicaram-se os grupos apostólicos unidos ao carisma e objectivos do fundador: o Instituto das Filhas de Maria Auxiliadora, fundado em 5 de Agosto de 1872, que chegou a Portugal apenas em 1940, a pedido de D. Manuel Mendes da Conceição, arcebispo de Évora; a Associação dos Cooperadores Salesianos, reunindo sobretudo leigos, à semelhança das ordens terceiras, teve aprovação pontifícia como associação religiosa e apostólica em 1876; a Confederação Mundial Antigos Alunos de D. Bosco, assim designada desde 1964, mas existente desde 1878 e em Portugal desde 1930, que reúne os antigos alunos das escolas salesianas; o Instituto Voluntárias de D. Bosco — o nome que em 1959, já como instituto secular, tomaram as «Filhas de Maria Auxiliadora no Século», existentes desde 1917 —, e que existem organizadamente em Portugal apenas desde 1978; e, finalmente, a Associação Devotos de Maria Auxiliadora — obra devocional ligada ao santuário de N.ª Senhora Auxiliadora construído em Turim, ainda por D. Bosco, com estatutos aprovados desde 1869 — que, em Portugal, «conheceu um relativo florescimento nos primeiros tempos» (p. 57). A publicação aborda sobretudo a acção da Sociedade, embora apresente dados importantes relativos aos outros ramos da família salesiana, nomeadamente sob a forma de cronologia (p. 13-20) e de gráficos relativos à evolução comparativa dos salesianos (SDB) e das Filhas de Maria Auxiliadora (FMA) (p. 21-23).

A instalação dos primeiros salesianos em Portugal data de 1894, chegados a Braga para dirigir o Colégio do Órfãos de S. Caetano. A sua vinda fez-se na sequência de insistentes pedidos feitos por algumas das figuras proeminentes do movimento católico português, em fase de recomposição desde a década de 80 do século passado. Uma delas, o Pe. Sebastião Leite de Vasconcelos, mais tarde bispo de Beja, fundou em 1893 a Oficina de S. José no Porto, embora a casa só passasse para as mãos dos salesianos em 1909. Também a Associação Operária Católica de Lisboa solicitou a intervenção dos salesianos com o objectivo de «salvar os rapazes da rua», pedido que foi directamente endereçado a D. Bosco pelo próprio Cardeal D. José Neto.

Outras figuras do catolicismo português que contactaram com D. Bosco ou tiveram alguma influência na relação do novo instituto religioso com Portugal foram: a família portuguesa Rademaker, fixada em Turim desde 1829; D. Eugénia Teles da Gama, dama de honor da rainha D. Maria Pia; o jornalista Manuel Frutuoso da Fonseca; o Pe. Teotónio Vieira de Castro, depois bispo de Meliapor; os padres jesuítas Joaquim Campo Santo e Luís Gonzaga Cabral; o Pe. António Joaquim Pereira; e já depois da I República, D. Manuel Mendes da Conceição Santos, arcebispo de Évora. O Pe. João Marques Simões terá sido o primeiro português a entrar no noviciado salesiano, professando em 1886.

A presença salesiana em Portugal, iniciada em 1894, estende-se às ilhas adjacentes — em 1903, a Angra do Heroísmo — e aos territórios coloniais, também já no início do século XX: a Macau e a Tanjor (Índia) em 1906; e a Moçambique e a Meliapor (Índia), em 1907. Em 1901, sob o governo de Hintze Ribeiro, a Sociedade Salesiana adquire personalidade jurídica perante o Estado, sob a designação de Pia Sociedade de S. Francisco de Sales (p. 28). Em 1908, o 1º Congresso Pedagógico de Lisboa confere às Oficinas de S. José o Diploma de Benemerência. Mas, em 1910, com a implantação da República, a obra salesiana é suspensa em Portugal e nas colónias, sendo o pessoal estrangeiro obrigado a abandonar o país (p. 35).

Desde então e até 1920, subsiste apenas uma pequena comunidade de dois padres e um irmão leigo, ao serviço do pároco da freguesia de Santa Isabel em Lisboa. Com a intervenção pessoal de Afonso Costa e a mediação do representante do governo italiano em Lisboa, o provincial da congregação desloca-se a Lisboa, conseguindo «salvar a propriedade das Oficinas de S. José e de Pinheiro de Cima», assim como iniciar negociações em ordem a obter autorização para a reabertura das «casas com carácter de beneficência» (p. 35). A casa de Lisboa reabriu efectivamente, mas apenas por um curto período, de Novembro de 1912 a Maio de 1913. Mas a restauração da presença salesiana em Portugal verificou-se só a partir de 1920 e, até 1923, as casas de Portugal ficaram na dependência da província bética (Andaluzia). Só em 1938 é que a «visitadoria» deu lugar à província restaurada de Santo António (p. 36).

Com a restauração, reabre a Oficina de S. José no Porto (1922) e de Lisboa. Desde então, várias foram as instituições criadas ou orientadas pelos salesianos portugueses: o Seminário Sagrado Coração de Jesus, de Poiães da Régua (1924), ainda existente; o Asilo de Santo António, do Estoril (1932); o Instituto S. João Bosco, de Mogofores-Anadia (1938), que hoje funciona como Colégio; a Escola Agrícola, de Semide-Miranda do Corvo (1938); a Casa Pia Masculina de Évora (1941-50); a Escola Profissional de Santa Clara, de Vila do Conde (1944); o Colégio dos Órfãos, no Porto (1951); o Instituto Missionário Salesiano, transferido do Estoril para Manique de Baixo (1953), onde hoje funciona o pós-noviciado; a Escola da Imaculada Conceição, do Porto (1955); o Colégio S. Domingos Sávio, nas Vendas Novas (1956-1974); o Colégio Salesiano de Arouca (1960); a Escola Profissional de Santo António de Bragança (1960-1977); a Casa Dom Bosco, em Lisboa (1969); a Escola Salesiana Imaculada Conceição no Porto (1978); a abertura do noviciado em Vilarinho, em Vila do Conde, transferido de Arouca (1982).

Muitas das instituições de educação ou reeducação que os salesianos dirigiram, não foram criadas de raiz, nem foram obrigatoriamente propriedade sua. O fundamental era a sua pedagogia, particularmente dirigida para a formação dos

jovens das camadas populares e jovens de rua, através da aprendizagem de um ofício. Assim, não será de estranhar que até meados da década do século XX, os salesianos portugueses tenham canalizado «quase todas as suas energias para as escolas de artes e ofícios, além da atenção dada particularmente aos oratórios festivos» (p. 59).

No entanto, os «oratórios festivos» não tiveram grande desenvolvimento registando-se para o período anterior a 1910: um Oratório em Braga, anexo ao Colégio de S. Caetano e que teve a colaboração do Seminário Maior da diocese (1906-1910); três Oratórios em Lisboa, dois fundados em 1899 e dependentes da casa de formação de Pinheiro de Cima — o de «Pinheiro de Cima», frequentado pelos rapazes da rua da zona, e o de «S. Vicente de Fora» que, sob o patrocínio do Cardeal D. José Neto, foi aberto para dar continuidade ao desactivado Patronato de S. José — e o último, anexo às Oficinas de S. José (depois de 1916) e reactivado nos anos 30. Apesar do incremento dos oratórios festivos ter sido recomendado pelo Concílio Plenário Português de 1926, a sua implantação ficou limitada, encontrando-se referências a algumas realizações e, sobretudo, tentativas de criação: em Évora, o Oratório de S. José (1926) que teve grande importância; em Vendas Novas (1947); em Viana do Castelo, onde funcionou o Oratório Padre Miguel Rua (de 1951 a 1971); em Setúbal (1953-54); na Baixa da Banheira (1963-64); e ainda no Porto, Mogofores e Vila do Conde, junto de outras instituições salesianas.

A partir dos anos 50, as experiências feitas no sentido de pôr em funcionamento centros juvenis autónomos às escolas tiveram, em geral, pouca expressão (p. 75). Já a imprensa salesiana, um dos outros grandes objectivos do apostolado bosquiano, terá tido maior impacto nomeadamente através das seguintes iniciativas: publicação do *Boletim Salesiano* em língua portuguesa desde 1902, inicialmente para Portugal e Brasil, mas desde 1940 especificamente para Portugal; a publicação da revista *Juventude Missionária* nos anos 20; várias edições de literatura juvenil e popular; e, finalmente, a criação da Editorial Salesiana do Porto em 1947.

O declinar da importância do ensino profissional a partir da década de 60, a par da brusca diminuição dos efectivos da Congregação — que passam de 348, em 1969, para 254, em 1975, invertendo a curva ascensional que se verificara até então —, explica a reorientação do projecto pastoral salesiano. Reorientação que se traduziu não apenas em termos de ensino — com a progressiva substituição do ensino técnico e profissional pelo ensino secundário geral, acompanhado da abertura dos quadros docentes e professores exteriores à congregação —, como também pela dedicação pastoral ao trabalho paroquial.

Desde o início que os salesianos tiveram a clara percepção de que a sua presença em Portugal se encontraria facilitada pela colaboração que a congregação pudesse prestar ao trabalho missionário nas suas colónias (p. 33, nota 17). Depois das experiências de Macau e Índia, no início do século, a acção missionária só foi retomada com êxito após 1940: em Cabo Verde, em 1943, respondendo ao apelo do bispo local D. Faustino Moreira; em Timor, após o final da 2ª Guerra Mundial, em 1946; em Goa, a partir de 1946 e até 1962, data em que os salesianos portugueses são forçados a sair; em Macau, onde em 1950 se funda novo colégio dependente da província portuguesa, o Colégio D. Bosco; e em Moçambique, onde a partir de 1952 retomam a sua presença, iniciada entre 1907 e 1913, então na ilha de Moçambique.

No entanto, «os salesianos portugueses só tardiamente se debruçaram a sério sobre o problema das vocações autóctones nos diversos territórios ultramarinos onde foram trabalhar» (p. 80).

Uma última nota a atestar a importância da espiritualidade salesiana entre nós. Entre os Servos de Deus ligados à família salesiana, encontram-se vários cooperadores portugueses: Alexandrina da Costa (Balasar); Pe. Francisco da Cruz, S.J.; Manuel da Conceição Santos, arcebispo de Évora e fundador do Instituto Servas da Santa Igreja; Sílvia Cardoso (Porto); e Maria da Conceição Rocha (Viana do Castelo).

Em síntese: um trabalho de grande utilidade, que permite aguardar com expectativa positiva a saída da obra mais volumosa que nos é prometida. Uma sugestão: além da síntese, será útil uma analítica explicitamente apoiada na documentação existente. Aliás, as peças documentais mais significativas poderiam ser apresentadas em anexo, nomeadamente no que se refere aos momentos marcantes na história da congregação — implantação, suspensão e restauração da congregação —, fornecendo pistas com interesse mais geral para a história social e religiosa portuguesa.

Paulo Fontes

SCHWARZ, Samuel — *Os Cristãos-Novos em Portugal no século XX*.

2ª ed. Lisboa: Instituto de Sociologia e Etnologia das Religiões; Universidade Nova de Lisboa, 1993. 130 p.

O presente estudo é uma edição fac-similada da obra de Samuel Schwarz, editada em 1925 e prefaciada por Ricardo Jorge, o qual é precedido, na presente edição, por dois pré-prefácios da autoria de António Valdemar e de Moisés Espírito Santo.

António Valdemar faz, em «Os Estudos Luso-Judaicos de Samuel Schwarz», uma pequena síntese sobre os estudos judaicos em Portugal, desde o século XVIII até à actualidade, referindo alguns dos autores que se debruçaram sobre esta temática, preferindo os estrangeiros aos nacionais contemporâneos, os quais não menciona, como se, depois de Herculano e Mendes dos Remédios, nada se tivesse escrito sobre a história dos Judeus e dos Cristãos Novos portugueses, em Portugal. De facto, a ignorância ou o propositado esquecimento da mais recente investigação histórica sobre o assunto, levaram-no a escrever: «Samuel Schwarz esclareceu equívocos, abriu horizontes, desmontou ideias e teses generalizadas que não correspondiam à verdade. Uma delas foi precisar que a emigração dos judeus, ao contrário do que afirmaram Herculano, Mendes dos Remédios e Lúcio de Azevedo não tem relação directa com o casamento de D. Manuel com Isabel a Católica. Para definir a responsabilidade de D. Manuel apurou que o contrato nupcial foi celebrado em Agosto de 1497, o casamento efectuou-se em Setembro do mesmo ano, ao passo que o decreto de expulsão ocorreu em Dezembro de 1496» (p. VII).

É óbvio que esta Isabel a Católica é a filha, a infanta viúva de D. Afonso, filho de D. João II, e não a mãe, que de facto foi conhecida por este cognome. Também é